A BATALHA

Este jornal é uma tribuna de todos os trabalhadores, manuais ou intelectuais. Não é órgão de partido, e aqui cabe o debate de todos os grandes problemas do Trabalho e da sua emancipação

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

As assinaturas serão pagas, por vale de correio, cheque ou por moeda corrente, sendo os valores nominais dirigidos a Cooperativa Editorial

A BATALHA

Para Portugal e ilhas adjacentes:

10 números	22$00
12 números	26$00
20 números	42$00

Para o Estrangeiro:

10 números	32$00
12 números	38$00
20 números	62$00

A BATALHA

Trabalhadores, amigo de *A Batalha*!

No local de trabalho, no teu sindicato, onde vives, organiza grupos de amigos de *A Batalha*, que trabalhem pela sua difusão e propaganda.

Arranja novos assinantes, e novos sócios para a Cooperativa Editorial *A Batalha*.

Dirigir tudo para a nossa sede: Rua Angelina Vidal, 17-2.º-E

RETRATO DO BUROCRATA

O burocrata é aquele para quem o «regulamento» é tudo. Que regulamento? A lei, o decreto, o despacho, a ordem de serviço, o regulamento interno de qualquer instituição (empresa, repartição, clube, escola, etc.), a norma, a regra, enfim, tudo o que dispense de pensar, de criticar, de se responsabilizar, de se justificar. O burocrata cumpre, não se manifesta. O burocrata tem quem pense por ele, não tem dúvidas, não discute. O burocrata só sabe o que está no regulamento, não quer saber mais: a Lei está necessariamente certa. Obedece e faz-se obedecer. É isento de culpa, pois é irresponsável: limita-se a cumprir ordens e a fazê-las cumprir. Sente-se investido da autoridade que lhe confere o regulamento e, naturalmente, não admite que lha discutam também. É inflexível, é totalitário.

Em política, o burocrata é aquele que segue a «linha» sem pestanejar. É o que ouve, embevecido, a «palavra de ordem». Ordem: é sobretudo isso que define o burocrata. O burocrata recebe e transmite a palavra de ordem. Fá-la sua e tem por missão impô-la aos outros. Toda a discussão é desordem, toda a imaginação é desordem, toda a discordância é desordem: Tudo isso vai contra «o que está escrito», tudo isso é um perigo social, é a anarquia. A democracia para o burocrata, é a palavra de ordem posta à votação e aclamada. É, quando muito, e no limite, o facto de, à mesma hora e em outros locais, outras multidões estarem a ouvir outras palavras de ordem e estarem a votá-las e aclamá-las. Os vários chefes, distantes, que elaboram as várias palavras de ordem, se se entendem entre eles, definem a palavra de ordem unitária e, como por magia, assim unirão as massas. Ou não se entenderão, o que é lamentável, mas, mesmo assim, ainda se conservará o essencial: as massas não discutirão, não intervirão, estarão divididas em parcelas, mas cada parcela estará «enquadrada», estará vinculada a **uma** *palavra de ordem. Por aqui se distingue o burocrata democrático do burocrata fascista: este não admitia que pudesse haver várias palavras de ordem. Não impede que,* **dentro** *da instituição em que funciona, o burocrata se comporte exactamente da mesma maneira num caso e noutro.*

O burocrata não vai para a assembleia (de trabalhadores, de estudantes, etc.) para ouvir o que pensam os participantes e participar também. Vai impôr, vai calar, vai manobrar e só se dará por satisfeito quando tiver triunfado a «palavra de ordem» que levou consigo. É paciente, cauteloso, esperará 4, 5, 6 sessões, as que forem precisas, até que se tenham esgotado os que pretendem lançar ideias novas, analisar, criticar. O burocrata aposta em que «as massas são conservadoras» e, que acabarão por ir com ele, o mais conservador de todos. Como é um missionário, a sua persistência, a sua obstinação, o seu sentido do «possível» (possível é aquilo até onde permite ir a palavra de ordem), chegarão muitas vezes para impressionar os outros, receosos de ousar tomar caminhos de «descoberta», pois sempre foram condicionados para o contrário. É assim que, ao fim de longas horas de esforço incessante, o burocrata consegue, aliviado, fazer votar e aclamar a palavra de ordem. O burocrata adormece a criatividade das massas, incute-lhes um novo conformismo, conserva-lhes o comportamento de rebanho passivo (ao serviço, agora, da «democracia»...). O burocrata diz-lhes o que está bem e o que está mal (está mal o que vai contra a palavra de ordem), leva-lhes a «mensagem», mete-as dentro do regulamento. O burocrata, como não podia deixar de ser, burocratiza as inteligências, ou seja, paraliza-as. Burocracia e inteligência criadora são inimigos de morte. O burocrata nunca inventa nada, nunca cria nada. O burocrata é o polícia da inteligência. Sendo assim, ele nunca pode ser um verdadeiro democrata. Sobretudo, nunca pode ser um revolucionário.

NOTA: Qualquer semelhança com excelentes pessoas e não menos indefectíveis democratas nossos conhecidos é pura coincidência.

DA EXPERIÊNCIA SINDICAL

Nesta secção vamos pôr em destaque a estruturação do sindicalismo português.

Estes elementos servirão para serem posto em confronto com as estruturas herdadas ou ulteriormente enxertadas no informe aglomerado de sindicatos.

Confederação Geral do Trabalho — Central sindical dos trabalhadores que em 1919 sucedeu à União Operária Nacional no Congresso operário de Coimbra:

CAPÍTULO I

Dos objectivos

Artigo 1.º A Confederação Geral do Trabalho constitui-se com os seguintes objectivos:

1.º O agrupamento, sob a base federativa autónoma, de todos os trabalhadores assalariados do país, para a defesa dos seus interesses económicos, sociais e profissionais, pela elevação constante da sua condição moral, material e física.

2.º Desenvolver, fora de toda a escola política ou doutrina religiosa, a capacidade do operariado organizado para a luta pelo desaparecimento do salariato e do patronato, e posse de todos os meios de produção.

3.º Manter as mais estreitas relações de solidariedade com as Centrais dos outros países, para a ajuda mútua, numa comum inteligenciação, que conduza os trabalhadores de todo o mundo à sua emancipação integral da tutela opressiva e exploradora do capitalismo.

(Continua)

UM DISCURSO NA BUSCA DUMA POSIÇÃO

A alvorada do 25 de Abril teria naturalmente que fazer vibrar o país silenciado de longa data e confinado numa estreita opção política: o regime fascista ou o *perigo comunista*, traduzido à última hora pelo Caetano naquele apoquentado apelo *Deus nos salve do socialismo*.

Não admira que o delírio da adesão imediata a posições políticas domine grande parte dos cidadãos e na feira dos saldos dos partidos haja para todos os gostos. Da extrema-esquerda à extrema-direita há uma forte ondulação já por vezes indestrinçável.

Nesta panorâmica tem particular interesse o último discurso do Presidente da República manifestando conceitos políticos que devem ter perturbado muitas das formações políticas e da panorâmica eleitoral.

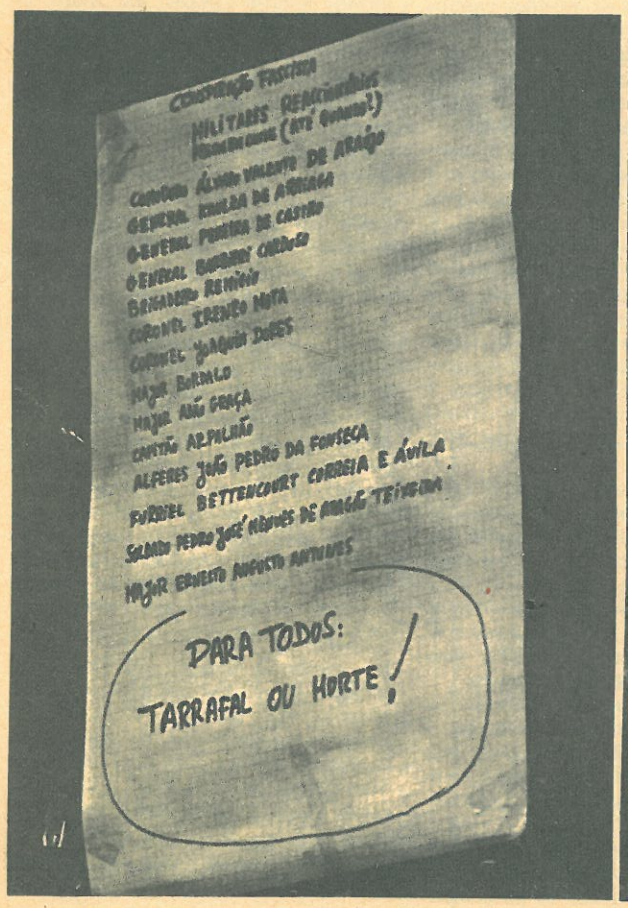
Spínola reserva *para as Instituições democráticamente eleitas a realização de reformas fundamentais da sociedade portuguesa* e seguindo um persistente percurso vaticina a crise de uma extrema-esquerda, vitupera *o clima anarquico da reivindicação incontrolada*, e com surpresa decide-se por uma posição socializante declarando: *Sou dos que aceitam como autenticamente democráticas quaisquer formas de socialismo desde que em liberdade, isto é, desde que enquadradas em regimes de pluralidade de opinião e de responsabilidade do Poder perante a vontade expressa dos cidadãos. O próprio conceito de justiça social que propugno radica-se no respeito pela função social da propriedade e pela justa repartição da riqueza.*

Achamos demasiado ampla a afirmação *de quaisquer formas de socialismo desde que em liberade* num esboçado regime de mera representatividade e no conceito de *respeito pela função social da propriedade* e/ou de *justa repartição da riqueza*.

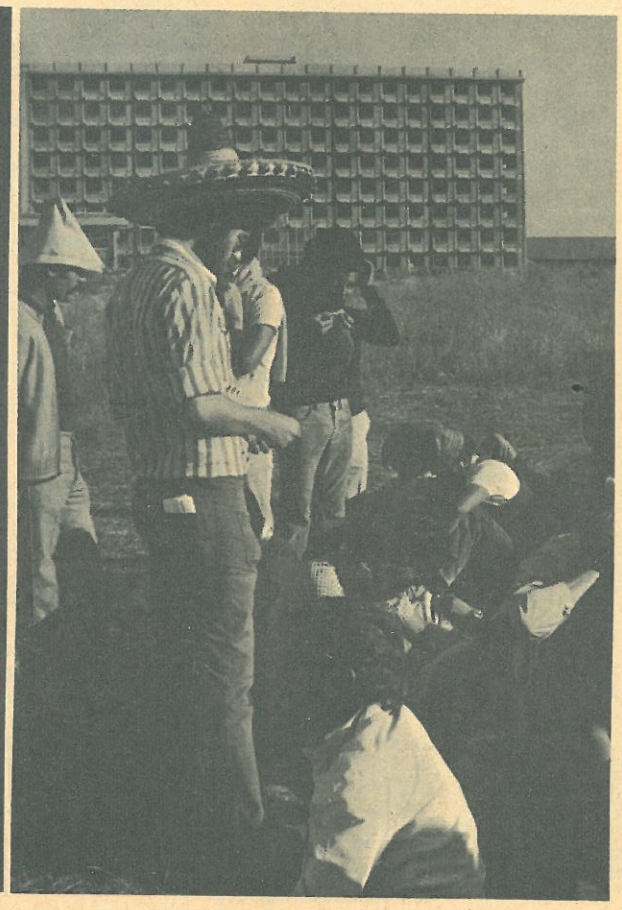
Qualquer forma de socialismo pressupõe desde logo dois princípios fundamentais: a socialização da propriedade e dos bens de produção e a da participação das pessoas nos órgãos vivos e de base da sociedade, em sucessão federativa até aos próprios órgãos de síntese; uma democracia directa e não simplesmente representativa.

Julgamos portanto que o General alinhará em posições socialisantes apenas de tipo social-democrata, ficando ainda por esclarecer se na sua concepção de democracia podem existir e movimentarem-se as correntes de extrema-esquerda que nunca deixa de contestar como as da extrema-direita em ampla progressão.

Interessa assinalar que o PS e o PC nada disseram a tal respeito enquanto o PPD perfilhou posições semelhantes.



Placard indicando os militares presos



O pessoal da TAP mantem-se vigiando o local de trabalho

A LEI DA GREVE NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1910)

Extractos dum artigo do Jornal O Sindicalista, *n.º 4, de 4/12/1910*

«QUEM TEM GANHO?»

Mas o que constitui o magno cavalo de batalha, e a concessão do direito à greve tão liberrimamente cedido pela República posto que não conseguissem ainda ter obtido resposta todos aqueles que perguntassem, se o célebre artigo 277.º do Código Penal, que pune os grevistas, já foi retirado.

Mas se há direito que mais corrente fosse entre a classe operária, é o direito à greve; para o usarem nunca os operários se preocuparam se ele estava ou não incluído em qualquer artigo da legislação; a necessidade de defesa tornou instintivo o uso deste direito e esta mesma necessidade o tem imposto, sempre imperativamente.

Dimos-ão entretanto: a codificação deste direito traz, para a classe operária, a inapreciável vantagem de não poder ser, qualquer dos seus membros, perseguido pelo uso desse mesmo direito.

Sim, mas com o fim de moderar os extemporâneos entusiasmos lembra o Estado que, ao lado do direito à greve, há também o direito ao trabalho, fórmula por meio da qual o dito Estado se põe ao lado dos patrões, protegendo-os não só a eles mas também aos que atraiçoam os seus camaradas em luta; e se tudo isto não for ainda suficiente, já fez notar, neste jornal, um camarada que a burguesia carbonária recomendava como de muito útil e eficaz resultado contra a actual epidemia pidemia grevista, o emprego de pilulas de dinamite e, o actual ministro do interior, abastado proprietário do Alentejo, a fim de sossegar os seus colegas já nos ameaçou com a regulamentação desse direito — que é como quem diz com a sua anulação — aplicando uma lei sábia e justa de que os nossos leitores já têm conhecimento e que o ministro foi desencantar à ominosa lei espanhola, à que, sendo da monarquia, matou Ferrer.

Pelo exposto, que nos deve dar uma ideia suficiente da forma porque o espírito burguês encara o problema do uso do direito à greve, não nos parece que entre os operários deve haver motivos para intenso júbilo.»

«...em resumo se não foram os trabalhadores que substituiram os monárquicos nos chofudos empregos...

Se as leis de maior renome feitas pela república aos trabalhadores não aproveitam...

Se o operariado só por meio da greve, que para ele representa um sacrifício, tem conquistado algumas, na maior parte parciais e ilusórias regalias...

Não podem com justiça encerrar o nosso artigo com a interrogação que lhe pomos em epígrafe?

Quem tem ganho?

Trabalhador
A BATALHA só conta com o teu apoio

Este jornal é dos trabalhadores; não tem dependência partidária nem pecuniária. É dos trabalhadores, feito por trabalhadores e na defesa dos nossos direitos.

Desde a sua origem defendeu sempre a autonomia revolucionária do sindicalismo, lutou pela sua capacitação reivindicativa e pela elevação moral, social, económica e política dos trabalhadores.

Todos os sindicatos e todos os trabalhadores terão aqui a sua barricada.

Em todos os locais de trabalho, em todas as aglomerações operariais se deve criar grupos de apoio *A Batalha* para reconstruir um sindicalismo, remodelar equívocas estruturas do corporativismo.

Apoia *A BATALHA* ajudando-a a divulgar-se cobrando assinantes, a levá-la a todo o país, e para que de quinzenário chegue a diário cotisa-te auxiliando-a com a única ajuda que esta casa aceita.

A Cooperativa Editora A BATALHA